

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2019 da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB FLUMINENSE, na forma da Legislação em vigor.

### 1. Política Operacional

Em 2019 o SICOOB FLUMINENSE completou 21 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

### 2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o SICOOB FLUMINENSE obteve um resultado de R\$ 476.789,74 representando um retorno anual sobre o patrimônio líquido de 1,25%.

### 3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 31.274.481,41. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 116.632.685,38. A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	104.732.593,29	89,80%
Carteira Rural	11.900.092,09	10,20%

Os dez maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 13% da carteira, no montante de R\$ 14.722.300,38.

### 4. Captação

As captações, no total de R\$ 105.599.141,33, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 21,05%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	36.240.374,42	34,32%
Depósitos a Prazo	69.358.766,91	65,68%

Os dez maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 13% da captação, no montante de R\$ 13.255.969,89.

### 5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB FLUMINENSE era de R\$ 35.894.890,48. Em 31/12/2019, o quadro de associados era composto por 15.196 cooperados, havendo um acréscimo de 1,44% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

### 6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB FLUMINENSE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

## **7. Governança Corporativa**

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL RIO, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## **8. Conselho Fiscal**

Eleito bienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2019, o conselho fiscal tem função complementar à do conselho de administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

## **9. Código de Ética**

Todos os integrantes da equipe do SICOOB FLUMINENSE aderiram por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

## **10. Sistema de Ouvidoria**

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a ouvidoria do SICOOB FLUMINENSE registrou 108 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 108 manifestações, 55 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

## **11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop**

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

### **Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Campos de Goytacazes, RJ, 07 de fevereiro de 2020.

---

NEILTON RIBEIRO DA SILVA  
Diretor Presidente

---

CHARLES ANTÔNIO DE SOUZA MEDINA FARIA  
Diretor Administrativo/Financeiro

---

MARCOS LINCOLN DE SOUZA MUNIZ  
Diretor Operacional

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
(Em Reais)

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Rio de Janeiro - SICOOB FLUMINENSE**  
**02.931.668/0001-88**

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31/12/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>		<b>91.585.664,90</b>	<b>81.956.392,94</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>117.352.137,42</b>	<b>98.509.286,90</b>
DISPONIBILIDADES	(Nota 3.c)	9.184.729,16	1.809.806,40	DEPÓSITOS	(Nota 12)	105.599.141,33	87.239.376,61
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(Nota 4)	762.496,52	1.534.849,09	Depósitos à Vista		36.240.374,42	26.846.217,72
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		762.496,52	1.534.849,09	Depósitos Sob Aviso		482.093,23	452.184,06
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(Nota 5)	31.274.481,41	35.278.627,28	Depósitos a Prazo		68.876.673,68	59.940.974,83
Centralização Financeira - Cooperativas		31.274.481,41	35.278.627,28	OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO LETRAS CRÉDITO AGRONEGÓCIO	(Nota 13)	911.727,56	1.795.429,97
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 6)	48.973.424,74	41.248.182,64	Obrigações por Emissão LCA		911.727,56	1.795.429,97
Operações de Crédito		52.492.302,66	43.758.819,46	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(Nota 14)	4.457.336,57	3.429.403,06
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(3.518.877,92)	(2.510.636,82)	Repasse Interfinanceiros		4.457.336,57	3.429.403,06
OUTROS CRÉDITOS	(Nota 7)	1.034.767,11	1.773.028,89	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	(Nota 15)	100.000,00	90.345,05
Créditos por Avais e Fianças Honrados		371.197,58	286.492,56	Recursos em Trânsito de Terceiros		100.000,00	90.345,05
Diversos		971.507,79	1.733.917,66	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(Nota 16)	1.276.750,24	1.232.583,41
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(307.938,26)	(247.381,33)	Empréstimos País - Outras Instituições		1.276.750,24	1.232.583,41
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 8)	355.765,96	311.898,64	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(Nota 17)	5.007.181,72	4.722.148,80
Outros Valores e Bens		131.150,00	812,00	Cobrança e Arrecadação de Tributos	(Nota 17.1)	75.008,55	55.448,07
Despesas Antecipadas		224.615,96	311.086,64	Sociais e Estatutárias	(Nota 17.2)	1.668.503,06	1.065.295,66
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>74.131.268,17</b>	<b>60.659.160,17</b>	Fiscais e Previdenciárias	(Nota 17.3)	455.937,19	324.075,52
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		64.301.378,51	50.756.561,28	Diversas	(Nota 17.4)	2.807.732,92	3.277.329,55
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(Nota 4)	4.061.429,56	1.937.772,92	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>10.273.971,92</b>	<b>11.133.453,98</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		4.061.429,56	1.937.772,92	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		10.273.971,92	11.131.748,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 6)	60.239.948,95	48.818.788,36	OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO LETRAS CRÉDITO AGRONEGÓCIO	(Nota 13)	3.822.247,43	1.829.309,38
Operações de Crédito		64.140.382,72	50.910.061,72	Obrigações por Emissão LCA		3.822.247,43	1.829.309,38
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(3.900.433,77)	(2.091.273,36)	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(Nota 14)	5.443.507,31	7.067.151,71
PERMANENTE		9.829.889,66	9.902.598,89	Repasse Interfinanceiros		5.443.507,31	7.067.151,71
INVESTIMENTOS	(Nota 9)	4.176.806,40	4.306.563,40	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(Nota 16)	1.004.920,57	2.235.287,54
Outros Investimentos		4.462.337,54	4.592.094,54	Empréstimos País - Outras Instituições		1.004.920,57	2.235.287,54
(Provisões para Perdas)		(285.531,14)	(285.531,14)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(Nota 17.4)	3.296,61	1.705,35
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	5.596.212,12	5.533.654,89	Diversas		3.296,61	1.705,35
Imóveis de Uso		2.500.555,23	2.500.555,23	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>38.090.823,73</b>	<b>32.972.812,23</b>
Outras Imobilizações de Uso		5.933.646,59	5.233.882,95	CAPITAL SOCIAL	(Nota 19.a)	33.048.565,43	28.987.511,14
(Depreciação acumulada)		(2.837.989,70)	(2.200.783,29)	De Domiciliados no País		33.053.112,02	29.021.790,64
INTANGÍVEL	(Nota 11)	56.871,14	62.380,60	(Capital a Realizar)		(4.546,59)	(34.279,50)
Outros Ativos Intangíveis		217.551,50	180.335,15	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	(Nota 19.b)	3.854,31	5.208,52
(Amortização acumulada)		(160.680,36)	(117.954,55)	RESERVAS DE SOBRAS	(Nota 19.c)	4.721.939,97	3.927.290,40
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	(Nota 19.d)	316.464,02	52.802,17
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>165.716.933,07</b>	<b>142.615.553,11</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>165.716.933,07</b>	<b>142.615.553,11</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em Reais)

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Rio de Janeiro - SICOOB FLUMINENSE**  
**02.931.668/0001-88**

Descrição das contas	2º SEMESTRE DE 2019	31/12/2019	31/12/2018
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>12.371.270,26</b>	<b>23.883.972,85</b>	<b>19.760.251,36</b>
Operações de Crédito - (Nota 21)	12.236.457,09	23.634.246,49	19.609.212,78
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	134.813,17	249.726,36	151.038,58
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA - (Nota 22)</b>	<b>(6.029.155,70)</b>	<b>(11.889.341,26)</b>	<b>(8.935.460,35)</b>
Operações de Captação no Mercado	(2.015.936,79)	(4.095.879,96)	(3.329.384,46)
Operações de Empréstimos e Repasses	(465.232,38)	(957.310,08)	(986.904,20)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.547.986,53)	(6.836.151,22)	(4.619.171,69)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>6.342.114,56</b>	<b>11.994.631,59</b>	<b>10.824.791,01</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(4.874.310,26)</b>	<b>(10.088.564,84)</b>	<b>(9.833.339,72)</b>
Receitas de Prestação de Serviços - (Nota 23)	5.717.864,29	10.386.778,52	7.039.663,78
Despesas de Pessoal - (Nota 24)	(5.920.796,36)	(11.251.938,64)	(9.211.204,92)
Outras Despesas Administrativas - (Nota 25)	(6.578.356,94)	(13.030.193,64)	(10.804.457,15)
Despesas Tributárias	(238.293,15)	(502.254,04)	(241.679,47)
Outros ingressos/rendas operacionais - (Nota 26)	2.928.996,89	5.804.284,87	4.780.727,84
Outros dispêndios/despesas operacionais - (Nota 27)	(783.724,99)	(1.495.241,91)	(1.396.389,80)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>1.467.804,30</b>	<b>1.906.066,75</b>	<b>991.451,29</b>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL - (Nota 28)	(102.569,93)	(61.508,65)	(78.764,56)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>1.365.234,37</b>	<b>1.844.558,10</b>	<b>912.686,73</b>
Provisão para Imposto de Renda	(61.924,67)	(150.536,85)	(44.037,17)
Provisão para Contribuição Social	(44.354,80)	(104.722,11)	(42.185,27)
<b>RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS</b>	<b>1.258.954,90</b>	<b>1.589.299,14</b>	<b>826.464,29</b>
Sobras advindas de Incorporação	-	-	9.315,57
F A T E S - Atos Cooperativos - (Nota 19.e)	-	(317.859,83)	(167.155,97)
Reserva Legal - (Nota 19.e)	-	(794.649,57)	(417.889,93)
<b>SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.258.954,90</b>	<b>476.789,74</b>	<b>250.733,96</b>
Juros ao Capital	-	-	(594.494,64)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em Reais)

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Rio de Janeiro - SICOOB FLUMINENSE**  
**02.931.668/0001-88**

	<b>CAPITAL</b>	<b>(-) CAPITAL A REALIZAR</b>	<b>RESERVAS DE REAVALIAÇÃO</b>	<b>RESERVA LEGAL</b>	<b>SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>23.840.768,68</b>	<b>(239,33)</b>	<b>-</b>	<b>3.317.252,96</b>	<b>485.376,52</b>	<b>27.643.158,83</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior</b>						
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	(496.775,82)	(496.775,82)
Constituição de Reservas	-	-	-	192.147,51	(192.147,51)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(2.824,71)	(2.824,71)
Ao Capital Social	399,47	-	-	-	(399,47)	-
<b>Movimentação de Capital</b>						
Por Subscrição/Realização	6.480.117,33	(439,00)	-	-	-	6.479.678,33
Por Devolução ( - )	(1.805.166,76)	-	-	-	-	(1.805.166,76)
Incorporação	179.818,61	(33.601,17)	5.208,52	-	9.315,57	160.741,53
Recuperação de perdas	-	-	-	-	8.839,20	8.839,20
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	826.464,29	826.464,29
Subscrição dos Juros ao Capital	325.853,31	-	-	-	-	325.853,31
<b>Destinação das Sobras ou Perdas:</b>						
Fundo de Reserva	-	-	-	417.889,93	(417.889,93)	-
F A T E S - Nota 19.e	-	-	-	-	(167.155,97)	(167.155,97)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>29.021.790,64</b>	<b>(34.279,50)</b>	<b>5.208,52</b>	<b>3.927.290,40</b>	<b>52.802,17</b>	<b>32.972.812,23</b>
<b>Movimentação de Capital</b>						
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior</b>						
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	(220.949,52)	(220.949,52)
Amortização perdas	-	-	-	-	(27.635,12)	(27.635,12)
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(1.265,61)	(1.265,61)
Ao Capital Social	883,71	-	-	-	(883,71)	-
<b>Movimentação de Capital</b>						
Por Subscrição/Realização	7.307.479,85	29.732,91	-	-	-	7.337.212,76
Por Devolução ( - )	(3.277.042,18)	-	-	-	-	(3.277.042,18)
Reversão de Reservas	-	-	(1.354,21)	-	1.354,21	-
Amortização de perdas referente a incorporação - (Nota 19.d)	-	-	-	-	27.635,12	27.635,12
Recuperação de perdas - (Nota 19.d)	-	-	-	-	8.616,74	8.616,74
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	1.589.299,14	1.589.299,14
<b>Destinação das Sobras ou Perdas:</b>						
Fundo de Reserva - (Nota 19.e)	-	-	-	794.649,57	(794.649,57)	-
F A T E S - (Nota 19.e)	-	-	-	-	(317.859,83)	(317.859,83)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>33.053.112,02</b>	<b>(4.546,59)</b>	<b>3.854,31</b>	<b>4.721.939,97</b>	<b>316.464,02</b>	<b>38.090.823,73</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em Reais)

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Rio de Janeiro - SICOOB FLUMINENSE**  
**02.931.668/0001-88**

	2º SEMESTRE DE 2019	31/12/2019	31/12/2018
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Sobras/Perdas do Exercício	1.365.234,37	1.844.558,10	912.686,73
IRPJ / CSLL	(106.279,47)	(255.258,96)	(86.222,44)
Provisão para Operações de Crédito	3.547.986,53	6.836.151,22	4.619.171,69
Amortizações - (Nota 11)	8.220,79	42.725,81	29.270,79
Depreciações - (Nota 10)	338.936,87	658.864,78	579.291,86
<b>Sobras/Perdas do Exercício Ajustado</b>	<b>5.154.099,09</b>	<b>9.127.040,95</b>	<b>6.054.198,63</b>
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS</b>			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(638.527,73)	(2.020.029,54)	(2.803.896,54)
Operações de Crédito	(17.412.109,89)	(25.982.553,91)	(24.747.735,36)
Outros Créditos	839.273,36	738.261,78	(1.114.499,77)
Outros Valores e Bens	122.057,42	(43.867,32)	(184.501,32)
Depósitos a Vista	11.004.101,98	9.394.156,70	11.326.527,38
Depósitos sob Aviso	10.274,42	29.909,17	29.801,08
Depósitos a Prazo	4.513.883,22	8.935.698,85	16.928.539,06
Relações Interfinanceiras	689.654,89	(595.710,89)	2.849.855,03
Relações Interdependências	100.000,00	9.654,95	90.345,05
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio	353.922,84	1.109.235,64	2.042.613,71
Obrigações por Empréstimos no País	(564.971,12)	(1.186.200,14)	3.467.870,95
Outras Obrigações	(47.307,56)	286.624,18	1.634.578,05
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)</b>	<b>4.124.350,92</b>	<b>(197.779,58)</b>	<b>15.573.695,95</b>
Aquisição em Investimentos - (Nota 9)	(307.454,66)	(370.508,02)	(298.624,93)
Baixa de Investimento - (Nota 9)	-	500.265,02	-
Aquisição em Imobilizado de Uso - (Nota 10)	(496.800,85)	(721.422,01)	(922.932,31)
Aplicação no Intangível - (Nota 11)	(7.113,59)	(37.216,35)	(3.330,06)
Baixa de Imobilizações de Uso	-	-	14.041,18
Incorporação - Investimento	-	-	(500.265,02)
Incorporação - Imobilizado	-	-	(93.429,62)
Incorporação - Intangível	-	-	(564,84)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)</b>	<b>(811.369,10)</b>	<b>(628.881,36)</b>	<b>(1.805.105,60)</b>
Aumento por novos aportes de Capital	3.747.965,49	7.337.212,76	6.479.678,33
Devolução de Capital à Cooperados	(1.545.571,28)	(3.277.042,18)	(1.805.166,76)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar	-	(1.265,61)	(2.824,71)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(220.949,52)	(496.775,82)
Recebimento de recuperação de perdas	3.287,39	8.616,74	8.839,20
Pendência na distribuição	-	-	-
FATES Sobras Exercício - (Nota 19.e)	(317.859,83)	(317.859,83)	(167.155,97)
Incorporação - Patrimônio	-	-	160.741,53
Subscrição do Juros ao Capital	-	-	325.853,31
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)</b>	<b>1.887.821,77</b>	<b>3.528.712,36</b>	<b>4.503.189,11</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>5.200.803,59</b>	<b>2.702.051,42</b>	<b>18.271.779,46</b>
No início do período - (Nota 3.c)	35.258.406,98	37.757.159,15	19.485.379,69
No fim do período - (Nota 3.c)	40.459.210,57	40.459.210,57	37.757.159,15
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>5.200.803,59</b>	<b>2.702.051,42</b>	<b>18.271.779,46</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

# COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB FLUMINENSE

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em reais)

### 1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB FLUMINENSE, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 06/01/1999, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro – SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB FLUMINENSE possui 16 postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: MACAÉ - RJ, SÃO JOÃO DA BARRA - RJ, ITAPERUNA - RJ, BOM JESUS DO ITABAPOANA - RJ, CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ, SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ, BOM JARDIM - RJ, SÃO FIDÉLIS - RJ, NOVA FRIBURGO - RJ, CARAPEBUS - RJ, MARICÁ - RJ, ITALVA – RJ e MENDES - RJ.

O SICOOB FLUMINENSE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 31 de janeiro de 2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

#### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.



## b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

## c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	9.184.729,16	1.809.806,40
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	668.725,47
Relações interfinanceiras - centralização financeira	31.274.481,41	35.278.627,28
<b>TOTAL</b>	<b>40.459.210,57</b>	<b>37.757.159,15</b>

## d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

## e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

## f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

## g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL RIO avaliadas pelo método de custo de aquisição.

## h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

## i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### **j) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### **k) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### **l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

#### **m) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### **n) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### **p) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

#### r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

#### t) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

#### u) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

#### 4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as aplicações em depósitos interfinanceiros estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósitos Interfinanceiros	762.496,52	4.061.429,56	1.534.849,09	1.937.772,92
<b>TOTAL</b>	<b>762.496,52</b>	<b>4.061.429,56</b>	<b>1.534.849,09</b>	<b>1.937.772,92</b>

As aplicações em depósitos interfinanceiros, via Bancoob, com remuneração pós-fixadas, de 101% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
Depósitos Interfinanceiros	-	762.496,52	4.061.429,56	4.823.926,08
<b>TOTAL</b>	-	<b>762.496,52</b>	<b>4.061.429,56</b>	<b>4.823.926,08</b>

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 foram respectivamente R\$ 249.726,36 e R\$ 151.038,58.

## 5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira - Cooperativas	31.274.481,41	35.278.627,28
<b>TOTAL</b>	<b>31.274.481,41</b>	<b>35.278.627,28</b>

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICCOB CENTRAL RIO conforme determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cuja remuneração é de aproximadamente 100% do CDI.

## 6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	46.103.314,32	56.277.339,11	<b>102.380.653,43</b>	80.244.975,79
Financiamentos	985.583,38	1.366.356,48	<b>2.351.939,86</b>	1.679.189,45
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5.403.404,96	6.496.687,13	<b>11.900.092,09</b>	12.744.715,94
<b>Total de Operações de Crédito</b>	<b>52.492.302,66</b>	<b>64.140.382,72</b>	<b>116.632.685,38</b>	<b>94.668.881,18</b>
(-) Provisões para Operações de Crédito	(3.518.877,92)	(3.900.433,77)	<b>(7.419.311,69)</b>	(4.601.910,18)
<b>TOTAL</b>	<b>48.973.424,74</b>	<b>60.239.948,95</b>	<b>109.213.373,69</b>	<b>90.066.971,00</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA - Normal	14.950.968,59	-	942.334,62	15.893.303,21	-	7.925.246,67	-
A 0,5% Normal	32.310.857,89	513.583,88	3.164.546,71	35.988.988,48	(179.946,28)	29.563.966,72	(147.821,73)
B 1% Normal	23.536.253,35	615.718,28	4.826.726,32	28.978.697,95	(289.786,98)	37.555.820,11	(375.558,20)
B 1% Vencidas	198.253,44	-	-	198.253,44	(1.982,53)	228.208,03	(2.282,08)
C 3% Normal	17.796.992,95	1.054.576,09	2.255.781,16	21.107.350,20	(633.220,51)	10.855.173,09	(325.655,19)
C 3% Vencidas	530.554,51	-	-	530.554,51	(15.916,64)	460.641,06	(13.819,23)
D 10% Normal	4.071.644,04	123.557,59	674.963,95	4.870.165,58	(487.016,56)	1.688.830,12	(168.883,01)
D 10% Vencidas	751.600,77	5.164,52	-	756.765,29	(75.676,53)	583.701,28	(58.370,13)
E 30% Normal	983.444,66	-	35.739,33	1.019.183,99	(305.755,20)	1.302.170,18	(390.651,05)
E 30% Vencidas	701.048,31	-	-	701.048,31	(210.314,49)	930.230,51	(279.069,15)
F 50% Normal	1.261.172,37	-	-	1.261.172,37	(630.586,19)	546.042,71	(273.021,36)
F 50% Vencidas	1.106.476,90	-	-	1.106.476,90	(553.238,45)	779.705,86	(389.852,93)
G 70% Normal	165.098,43	-	-	165.098,43	(115.568,90)	39.038,75	(27.327,13)
G 70% Vencidas	451.080,98	-	-	451.080,98	(315.756,69)	201.690,35	(141.183,25)
H 100% Normal	270.530,29	14.174,67	-	284.704,96	(284.704,96)	450.244,57	(450.244,57)
H 100% Vencidas	3.294.675,95	25.164,83	-	3.319.840,78	(3.319.840,78)	1.558.171,17	(1.558.171,17)
<b>Total Normal</b>	<b>95.346.962,57</b>	<b>2.321.610,51</b>	<b>11.900.092,09</b>	<b>109.568.665,17</b>	<b>(2.926.585,58)</b>	<b>89.926.532,92</b>	<b>(2.159.162,24)</b>
<b>Total Vencidos</b>	<b>7.033.690,86</b>	<b>30.329,35</b>	<b>-</b>	<b>7.064.020,21</b>	<b>(4.492.726,11)</b>	<b>4.742.348,26</b>	<b>(2.442.747,94)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>102.380.653,43</b>	<b>2.351.939,86</b>	<b>11.900.092,09</b>	<b>116.632.685,38</b>	<b>(7.419.311,69)</b>	<b>94.668.881,18</b>	<b>(4.601.910,18)</b>
<b>Provisões</b>	<b>(7.116.755,97)</b>	<b>(92.574,10)</b>	<b>(209.981,63)</b>	<b>(7.419.311,69)</b>	<b>-</b>	<b>(4.601.910,18)</b>	<b>-</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>95.263.897,46</b>	<b>2.259.365,76</b>	<b>11.690.110,46</b>	<b>109.213.373,69</b>	<b>-</b>	<b>90.066.971,00</b>	<b>-</b>

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (desconsiderando as provisões):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	23.972.705,93	22.130.608,39	56.277.339,11	102.380.653,43
Financiamentos	261.385,88	724.197,50	1.366.356,48	2.351.939,86
Financiamento s Rurais e Agroindustriais	1.524.641,87	3.878.763,09	6.496.687,13	11.900.092,09
<b>TOTAL</b>	<b>25.758.733,68</b>	<b>26.733.568,98</b>	<b>64.140.382,72</b>	<b>116.632.685,38</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica (desconsiderando as provisões):

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	8.481.257,90	74.324,59	-	8.555.582,49	7%
Setor Privado - Indústria	12.827,92	-	-	12.827,92	0%
Setor Privado - Serviços	51.209.071,65	1.489.809,12	-	52.698.880,77	45%
Pessoa Física	42.578.671,65	787.806,15	11.900.092,09	55.266.569,89	47%
Outros	98.824,31	-	-	98.824,31	0%
<b>TOTAL</b>	<b>102.380.653,43</b>	<b>2.351.939,86</b>	<b>11.900.092,09</b>	<b>116.632.685,38</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>(4.601.910,18)</b>	<b>(2.450.467,20)</b>
Constituições/Reversões	(6.421.845,75)	(4.433.124,82)
Transferência para prejuízo	3.604.444,24	2.281.681,84
<b>TOTAL</b>	<b>(7.419.311,69)</b>	<b>(4.601.910,18)</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	3.891.040,33	3,00%	2.415.404,23	3,00%
10 Maiores Devedores	14.722.300,38	13,00%	12.423.127,24	13,00%
50 Maiores Devedores	32.241.466,82	28,00%	27.845.364,31	29,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>6.104.729,95</b>	<b>1.816.719,43</b>
Valor das operações transferidas no período	3.807.559,73	2.683.400,06
Valor das operações recuperadas no período	(377.020,39)	(368.724,90)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(110,61)	-
Baixa por renegociação	(64.143,78)	-
Incorporação	-	1.973.335,36
<b>TOTAL</b>	<b>9.471.014,90</b>	<b>6.104.729,95</b>

## 7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças honrados (a)	371.197,58	286.492,56
Adiantamentos e antecipações salariais	29.312,22	36.658,60
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	10.598,42	4.495,99
Adiantamentos por conta de imobilizações	7.500,00	10.476,51
Devedores por depósitos em garantia	-	5.114,54
Impostos e contribuições a compensar	60.275,15	18.343,71
Pagamentos a ressarcir	5.262,71	6.631,24
Títulos e créditos a receber	254.950,80	172.262,07
Devedores diversos – país (b)	603.608,49	1.479.935,00
(-) Provisões para Outros Créditos (c)	(289.576,08)	(237.199,85)
(-) Provisões para Outros Créditos s/ característica de concessão de crédito	(18.362,18)	(10.181,48)
<b>TOTAL</b>	<b>1.034.767,11</b>	<b>1.773.028,89</b>

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Saldo refere-se a valores cra's – cartório (R\$ 11,45), proagro – adicional (R\$ 3.830,54), diferença de caixa (R\$ 6,59), pendências a regularizar (R\$ 89.902,55), plano de saúde a receber (R\$ 191.542,21), pendências a regularizar Bancoob (R\$ 206.615,91), empresa conta descontos em folha (R\$ 15.097,56), outros (R\$ 79.381,58) e valores a receber de mensalidades (R\$ 17.220,10).

(c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	
E	30%	Vencidas	71.477,92	71.477,92	(21.443,45)	37.305,43	(11.191,63)
F	50%	Vencidas	38.544,14	38.544,14	(19.272,07)	27.775,05	(13.887,58)
G	70%	Vencidas	41.049,88	41.049,88	(28.734,92)	30.971,43	(21.680,00)
H	100%	Vencidas	220.125,64	220.125,64	(220.125,64)	190.440,65	(190.440,65)
<b>Total Vencidos</b>			371.197,58	371.197,58	(289.576,08)	286.492,56	(237.199,85)
<b>Total Geral</b>			371.197,58	371.197,58	(289.576,08)	286.492,56	(237.199,85)
<b>Provisões</b>			(289.576,08)	(289.576,08)		(237.199,85)	
<b>Total Líquido</b>			81.621,50	81.621,50		49.292,71	

## 8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens não de uso próprio (a)	127.904,00	-
Material em Estoque	3.246,00	812,00
Despesas Antecipadas – (b)	224.615,96	311.086,64
<b>TOTAL</b>	<b>355.765,96</b>	<b>311.898,64</b>

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros (R\$ 52.791,10), vale refeição e alimentação (R\$ 159.361,39), vale transportes (R\$ 3.068,97) e outros (R\$ 9.394,50).

## 9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL RIO.

Descrição	31/12/2018	Aquisições	Baixa	31/12/2019
Participação Sicoob Central Rio	4.306.563,40	370.508,02	(500.265,02)	4.176.806,40
<b>TOTAL</b>	<b>4.306.563,40</b>	<b>370.508,02</b>	<b>(500.265,02)</b>	<b>4.176.806,40</b>

## 10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa	31/12/2018	Aquisições	Baixa	Depreciação	31/12/2019
Imobilizado em curso	0%	102.658,45	21.881,72	-	-	124.540,17
Terrenos	0%	834.095,50	-	-	-	834.095,50
Edificações	4%	1.666.459,73	-	-	-	1.666.459,73
(-) Depr. Acum.-Edificações	4%	(437.000,45)	-	-	(66.658,44)	(503.658,89)
Instalações	10%	1.584.749,01	271.000,77	-	-	1.855.749,78
(-) Depr. Acum.-Instalações	10%	(248.240,94)	-	-	(166.698,62)	(414.939,56)
Móveis e Equip. de uso	10%	1.851.247,01	236.535,66	(1.710,00)	-	2.086.072,67
(-) Depr. Acum.-Móv. Equip. de uso	10%	(669.816,33)	-	1.710,00	(187.967,57)	(856.073,90)
Sistema de Comunicação	10%	54.486,05	28.673,38	(322,15)	-	82.837,28
(-) Depr. Acum.-Sist. Comunicação	10%	(22.442,03)	-	322,15	(5.745,50)	(27.865,38)
Sistema de processamento de dados	20%	1.383.595,52	116.022,71	(19.626,22)	-	1.479.992,01
(-) Depr. Acum.-Sist. Proc. de Dados	20%	(753.948,81)	-	19.626,22	(205.001,37)	(939.323,96)
Sistema de Segurança	10%	257.146,91	47.307,77	-	-	304.454,68
(-) Depr. Acum.-Sist. Segurança	10%	(69.334,73)	-	-	(26.793,28)	(96.128,01)

Descrição	Taxa	31/12/2018	Aquisições	Baixa	Depreciação	31/12/2019
<b>TOTAL</b>		<b>5.533.654,89</b>	<b>721.422,01</b>	-	<b>(658.864,78)</b>	<b>5.596.212,12</b>

## 11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objetivo os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa	31/12/2018	Aquisições	Amortizações	31/12/2019
Outros Ativos Intangíveis	20%	180.335,15	37.216,35	-	217.411,50
(-) Amort. Acum.- Outros ativos		(117.954,55)	-	(42.725,81)	(160.680,36)
<b>TOTAL</b>		<b>62.380,60</b>	<b>37.216,35</b>	<b>(42.725,81)</b>	<b>56.871,14</b>

## 12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	36.240.374,42		26.846.217,72	
Depósito Sob Aviso	482.093,23	0,73	452.184,06	0,75
Depósito a Prazo	68.876.673,68	0,36	59.940.974,83	0,47
<b>TOTAL</b>	<b>105.599.141,33</b>		<b>87.239.376,61</b>	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	2.085.544,11	2,00%	1.861.657,72	2,00%
10 Maiores Depositantes	13.255.969,89	13,00%	11.087.490,61	13,00%
50 Maiores Depositantes	30.864.263,63	29,00%	25.561.465,63	29,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(46.814,02)	(42.881,55)
Despesas de Depósitos a Prazo	(3.673.610,68)	(3.005.201,28)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(226.740,05)	(171.869,96)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(148.715,21)	(109.431,67)
<b>TOTAL</b>	<b>(4.095.879,96)</b>	<b>(3.329.384,46)</b>

## 13. Obrigações por emissão de letras de crédito agronegócio

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários conforme abaixo:

Descrição	Taxa	31/12/2019		31/12/2018	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Obrigação por emissão LCA – Pós fixado	88% (CDI)	911.727,56	3.822.247,43	1.795.429,97	1.829.309,38
<b>TOTAL</b>		<b>911.727,56</b>	<b>3.822.247,43</b>	<b>1.795.429,97</b>	<b>1.829.309,38</b>

As Letras de Crédito do Agronegócio – LCA possuem remuneração 88% do CDI, com prazos de vencimentos de até 04/02/2022, conforme Resolução CMN Nº 4.410/2015.

#### 14. Relações Interfinanceiras

São captações de recursos, via Bancoob, com lastro de operações de crédito rural:

Instituições	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	4.457.336,57	5.443.507,31	3.429.403,06	7.067.151,71
<b>TOTAL</b>	<b>4.457.336,57</b>	<b>5.443.507,31</b>	<b>3.429.403,06</b>	<b>7.067.151,71</b>

#### 15. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ordens de Pagamento	100.000,00	85.000,00
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	-	5.345,05
<b>TOTAL</b>	<b>100.000,00</b>	<b>90.345,05</b>

#### 16. Obrigações por empréstimos e repasses

São empréstimos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades.

Instituições	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sicoob Central Rio	1.001.797,30	417.415,54	1.232.583,41	2.235.287,54
Bancoob	274.952,94	587.505,03	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.276.750,24</b>	<b>1.004.920,57</b>	<b>1.232.583,41</b>	<b>2.235.287,54</b>

#### 17. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados – 17.1	75.008,55	-	55.448,07	-
Sociais e Estatutárias – 17.2	1.668.503,06	-	1.065.295,66	-
Fiscais e Previdenciárias – 17.3	455.937,19	-	324.075,52	-
Diversas – 17.4	2.807.732,92	3.296,61	3.277.329,55	1.705,35
<b>TOTAL</b>	<b>5.007.181,72</b>	<b>3.296,61</b>	<b>4.722.148,80</b>	<b>1.705,35</b>

##### 17.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
IOF a recolher	48.336,72	32.163,21
Recolhimento de tributos estaduais e municipais	26.671,83	23.284,86
<b>TOTAL</b>	<b>75.008,55</b>	<b>55.448,07</b>



## 17.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Fundo de assistência técnica, educacional e social (a)	317.894,80	167.155,97
Gratificações e participações a pagar	25.800,61	17.710,19
Sobras a distribuir	14.830,96	14.830,96
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.309.976,69	865.598,54
<b>TOTAL</b>	<b>1.668.503,06</b>	<b>1.065.295,66</b>

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e de um percentual de 10% a 20% (em 2019 foi destinado 20%) das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

## 17.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para impostos e contribuições/lucros	49.266,11	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	110.546,37	86.929,91
Impostos e Contribuições sobre Salários	253.661,85	212.738,56
Outros	42.462,86	24.407,05
<b>TOTAL</b>	<b>455.937,19</b>	<b>324.075,52</b>

## 17.4 Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	60.867,96	-	73.253,77	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	941.097,96	-	808.962,43	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar	973.963,70	-	790.895,11	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (a)	227.173,92	3.296,61	240.419,67	1.705,35
Credores Diversos – País (b)	604.629,38	-	1.363.798,57	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.807.732,92</b>	<b>3.296,61</b>	<b>3.277.329,55</b>	<b>1.705,35</b>

(a) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 9.788.714,09 (R\$ 7.801.835,38 em 31/12/2018), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(b) Saldo refere-se pendências a regularizar (R\$ 5.837,30), diferença de caixa (R\$ 2.682,83), pendências a regularizar Bancoob (R\$ 447.342,61), devolução saldo credor – cartões (R\$ 2,55), outros (R\$ 4.999,93), cheques depositados (R\$ 139.488,85) e credores diversos – liquidação cobrança (R\$ 4.275,31).

## 18. Instrumentos financeiros

O SICOOB FLUMINENSE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

## 19. Patrimônio líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	33.048.565,43	28.987.511,14
Associados	15.196	14.980

### b) Reserva de reavaliação

Conforme Laudo de Reavaliação do Imóvel de uso próprio da cooperativa, proveniente da incorporação da cooperativa Sicoob Cremendes, realizado e aprovado em AGE em 25 de janeiro de 2003, autorizado pelo Banco Central do Brasil - ofício DEORF/GTRJA-03/015-2 em 03 de fevereiro de 2003 - Rio de Janeiro/RJ, constituiu-se Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 25.000,00 (Cinquenta Mil Reais), apropriado em 240 meses, amortizado o valor mensal de R\$ 104,17.

### c) Reserva legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50% conforme definido no Estatuto Social. Esse saldo é utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

### d) Sobras ou perdas acumuladas

A cooperativa possui sobras acumuladas no valor de R\$ 316.464,02, que apresentamos a composição:

Descrição	Valores	Forma e prazo de realização das perdas
Perdas acumuladas incorporação da BomCredi	(407.733,62)	Rateio a ser pago pelos associados
Recuperação/recebimento das perdas da Bomcredi	127.530,83	Recebimento das perdas ocorridas em 2016
Recuperação/recebimento das perdas da Bomcredi	73.431,80	Recebimento das perdas ocorridas em 2017
Recuperação/recebimento das perdas da Bomcredi	8.839,20	Recebimento das perdas ocorridas em 2018
Recuperação/recebimento das perdas da Bomcredi	8.616,74	Recebimento das perdas ocorridas em 2019
Amortização de perdas referente a incorporação	27.635,12	Deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 2019
Reversão Reserva de Reavaliação do Sicoob Cremendes	1.354,21	Incorporação
Sobras do exercício de 2019	476.789,74	Para deliberação em assembleia geral
<b>TOTAL</b>	<b>316.464,02</b>	

### e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida do exercício	1.589.299,14	826.464,29
Sobras incorporação	-	9.315,57
<b>Sobra líquida, base de cálculo das destinações</b>	<b>1.589.299,14</b>	<b>835.779,86</b>
Destinações estatutárias		
Reserva legal – 50%	(794.649,57)	(417.889,93)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 20%	(317.859,83)	(167.155,97)
Reversão de reserva de reavaliação	1.354,21	-
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>478.143,95</b>	<b>250.733,96</b>

## 20. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra/Perda Líquida do Exercício	1.844.558,10	912.686,73
Resultado de Atos com Associados	(1.146.410,70)	(628.857,58)
Ajustes do Resultado com Não Associados (IRPJ/CSLL)	(255.258,96)	(86.222,44)
Outras Deduções (Conforme Res. 129/16 e Res. 145/16)	(1.435.526,33)	(1.138.866,11)
<b>Resultado de Atos com Não Associados Conf. Art. 87 da Lei 5.764/71</b>	<b>(992.637,89)</b>	<b>(941.259,40)</b>

## 21. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	257.833,24	566.138,80	419.470,79
Rendas de Empréstimos	9.928.828,41	18.884.584,09	15.492.248,01
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.121.663,26	2.254.062,40	2.191.561,17
Rendas de Financiamentos	236.104,58	421.461,05	252.420,12
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	448.350,86	916.290,53	884.787,79
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	243.676,74	591.709,62	368.724,90
<b>TOTAL</b>	<b>12.236.457,09</b>	<b>23.634.246,49</b>	<b>19.609.212,78</b>

## 22. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Despesas De Captação	(2.015.936,79)	(4.095.879,96)	(3.329.384,46)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos e Repasses	(465.232,38)	(957.310,08)	(986.904,20)
Provisões para Operações de Crédito	(3.303.518,24)	(6.371.819,54)	(4.293.300,85)
Provisões para Outros Créditos	(244.468,29)	(464.331,68)	(325.870,84)
<b>TOTAL</b>	<b>(6.029.155,70)</b>	<b>(11.889.341,26)</b>	<b>(8.935.460,35)</b>

## 23. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	785.108,71	1.479.018,83	1.381.293,25
Rendas de Serviços de Custódia	-	-	2,00
Rendas de Outros Serviços	2.934.533,74	5.297.888,14	3.778.944,56
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	211.304,59	344.282,89	17.683,30
Rendas de Serviços Prioritários - PF	595.955,76	1.173.356,11	890.079,90
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	90,00	290,00	60,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.190.871,49	2.091.942,55	971.600,77
<b>TOTAL</b>	<b>5.717.864,29</b>	<b>10.386.778,52</b>	<b>7.039.663,78</b>

## 24. Despesas de pessoal

Descrição	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(35.393,04)	(70.036,96)	(68.284,56)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(623.624,13)	(1.282.314,67)	(1.171.255,27)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.292.077,82)	(2.397.931,85)	(1.990.753,18)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.054.491,53)	(1.978.047,21)	(1.685.493,69)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.810.756,10)	(5.356.102,88)	(4.198.003,23)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(9.882,03)	(15.861,53)	(3.468,23)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(94.571,71)	(151.643,54)	(93.946,76)
<b>TOTAL</b>	<b>(5.920.796,36)</b>	<b>(11.251.938,64)</b>	<b>(9.211.204,92)</b>

## 25. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(167.253,93)	(356.290,30)	(275.843,64)
Despesas de Aluguéis	(401.890,98)	(768.314,48)	(590.318,04)
Despesas de Comunicações	(202.120,29)	(410.461,01)	(370.082,88)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(95.860,11)	(188.752,63)	(259.311,06)
Despesas de Material	(73.181,05)	(129.624,32)	(121.593,04)
Despesas de Processamento de Dados	(778.220,22)	(1.412.909,40)	(821.351,67)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(133.630,87)	(134.380,87)	(55.849,74)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(124.118,98)	(255.000,25)	(272.270,95)
Despesas de Publicações	(1.154,00)	(1.154,00)	(30,48)
Despesas de Seguros	(42.193,75)	(92.288,73)	(52.045,09)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(905.075,90)	(1.790.322,18)	(1.476.719,63)
Despesas de Serviços de Terceiros	(264.718,36)	(517.379,25)	(362.491,70)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(735.934,00)	(1.487.210,22)	(1.259.707,05)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(211.818,34)	(430.334,03)	(523.545,97)
Despesas de Transporte	(687.647,17)	(1.409.994,20)	(1.147.256,77)
Despesas de Viagem no País	(46.993,87)	(100.754,25)	(70.061,62)
Despesas de Amortização	(8.220,79)	(42.443,30)	(29.270,79)
Despesas de Depreciação	(338.936,87)	(659.147,29)	(579.291,86)
Outras Despesas Administrativas	(1.359.387,46)	(2.843.432,93)	(2.537.415,17)
<b>TOTAL</b>	<b>(6.578.356,94)</b>	<b>(13.030.193,64)</b>	<b>(10.804.457,15)</b>

## 26. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	279.421,36	360.315,21	247.591,52
Ingressos de depósitos intercooperativos	1.012.090,34	2.213.884,01	1.775.874,28
Outras rendas operacionais	1.637.485,19	3.380.085,65	2.757.262,04
<b>TOTAL</b>	<b>2.928.996,89</b>	<b>5.804.284,87</b>	<b>4.780.727,84</b>

## 27. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Outras despesas operacionais	(602.287,33)	(1.144.408,55)	(932.016,12)
Despesas de provisões passivas	(181.437,66)	(350.833,36)	(134.879,04)
Juros ao capital	-	-	(329.494,64)
<b>TOTAL</b>	<b>(783.724,99)</b>	<b>(1.495.241,91)</b>	<b>(1.396.389,80)</b>

## 28. Resultado não operacional

Descrição	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos de Capital	250.413,36	710.517,77	65.954,79
(-) Perdas de Capital	(352.983,29)	(772.026,42)	(144.719,35)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(102.569,93)</b>	<b>(61.508,65)</b>	<b>(78.764,56)</b>

## 29. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa; as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	782.286,66	0,2799%	(6.727,47)
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	46.833,35	0,0168%	(340,20)
<b>TOTAL</b>	<b>829.120,01</b>	<b>0,2966%</b>	<b>(7.067,67)</b>
<b>Montante das Operações Passivas</b>	<b>1.066.339,85</b>	<b>1,3507%</b>	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	10.118,35	(303,55)	0,5805%
Conta Garantida	10.573,00	(317,19)	0,3899%
Empréstimo	782.697,99	(12.230,87)	0,8837%
Financiamento	9.352,44	(280,57)	0,3976%
Títulos Descontados	24.770,44	(123,85)	0,2648%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	145.890,72	0,4053%	0%
Depósitos a Prazo	2.485.468,40	3,3545%	0,3642%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	1,8191%
Empréstimos	1,6723%
Financiamento	1,1500%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	96,2449%

(\*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,2271%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,0747%
Aplicações Financeiras	1,3507%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	70.214,08
Empréstimo	771.852,25
Financiamento	58.500,00

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

31/12/2019	31/12/2018
103.815,18	83.715,16

f) No exercício de 2019 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

<b>BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)</b>	
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.159.534,46)
Auxílio Alimentação / Refeição	(100.210,79)
Outras Despesas Diretoria e Conselho Administração	(22.569,42)
Encargos Sociais	(108.845,39)

### **30. Cooperativa Central**

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB FLUMINENSE, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO RIO DE JANEIRO LTDA - SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SERVIDORES responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

### **31. Gerenciamento de Risco e de Capital**

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

### **31.1 Risco operacional**

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

### **31.2 Risco de Mercado e de Liquidez**

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

### **31.3 Gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

### **31.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental**

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

### 31.5 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

### 32. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimonial	5.607.000,00	4.166.685,50
Valores	4.412.000,00	2.220.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>10.019.000,00</b>	<b>6.386.685,50</b>

### 33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/2013 compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR), totalizando o valor de R\$ 35.894.890,48, encontra-se compatível com grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2019, com percentual de Índice de Basileia 29,08%.

### 34. Contingências Passivas

Com base nas informações dos assessores jurídicos da SICOOB FLUMINENSE, sobre os processos judiciais nos quais a cooperativa figurava como polo passivo, classificados com risco de perda possível, o montante de R\$ 606.098,93, sendo 04 processos de natureza cível, no valor de R\$ 75.636,00, 01 processos de natureza tributária em R\$ 515.462,93 e 01 processo de natureza trabalhista em R\$ 15.000,00.

Em conformidade à Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 25, em 31 de dezembro de 2019, não existia processos judiciais nos quais a cooperativa figurava como polo passivo, classificados com perda provável.

Campos de Goytacazes/RJ, 07 de fevereiro de 2020.

---

NEILTON RIBEIRO DA SILVA  
Diretor Presidente



---

MARCOS LINCOLN DE SOUZA MUNIZ  
Diretor Operacional

---

CHARLES ANTÔNIO DE SOUZA MEDINA FARIA  
Diretor Administrativo/Financeiro

---

RAFAEL DIAS  
Contador  
CRC/RJ 102099/O-7

## RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Diretoria Executiva e aos Cooperados da  
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Rio de Janeiro – Sicoob Fluminense  
Campos dos Goytacazes/RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Rio de Janeiro – Sicoob Fluminense, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Rio de Janeiro – Sicoob Fluminense em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Ribeirão Preto/SP, 07 de fevereiro de 2020.

Edimilson Artilha Vieira  
Contador - CRC – SP 280575/O



**PARECER FINAL DO CONSELHO FISCAL  
DO SICOOB FLUMINENSE  
- ANO FISCAL 2019 -**

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Rio de Janeiro – Sicoob Fluminense, empossado no 08/07/2019, tendo recebido e analisado os relatórios referentes ao ano de 2019, solicitados à Administração e ao setor de Planejamento e Controle, considerando os resultados de reuniões realizadas no decorrer do exercício de 2019, compreendendo o período de apuração encerrado em 31/12/2019, para fins previstos no artigo 54 do Estatuto, após os exames nos documentos que compõem os Balanços Anuais encerrados em 31/12/2019, bem como as Demonstrações de Sobras e Perdas respectivas e outros relatórios que por sua vez confirmam a boa saúde financeira da Instituição, DECLARA que os mesmos refletem o resultado operacional relativo ao exercício financeiro de 2019, pelo que é de parecer que as contas do exercício em referência devem ser aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

Campos dos Goytacazes - RJ, 17 de Março de 2020.

Mônica Franco Pinto – Coordenadora  
José Ricardo Ferreira Primo - Secretário  
Ernesto Mello Nogueira - Vogal